

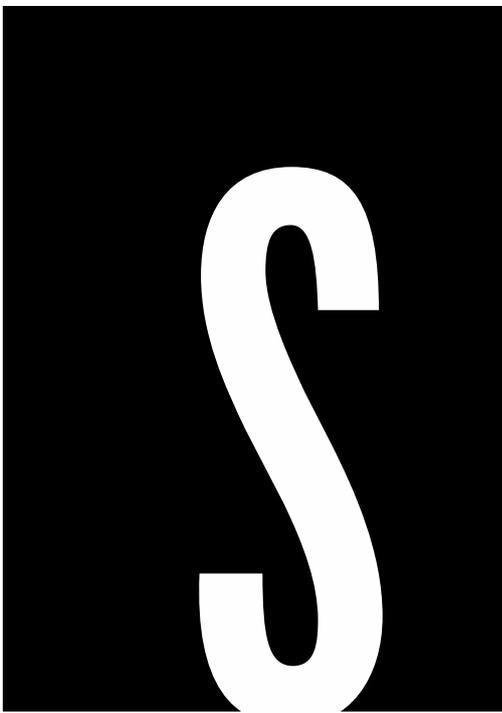
# HOMENS VÍTIMAS

## A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Há mais queixas de homens violentados, mais agressoras e homicídios conjugais cometidos por mulheres. Em 2015, uma em quatro vítimas declaradas de violência doméstica era homem. Estudos revelam que os géneros tendem à igualdade neste contexto. Algo mudou nos casais? Onde falham instituições, quais as queixas dos homens? Profissionais de saúde, técnicos, investigadores, advogados, magistrados, associações e polícias explicam. Vítimas contam experiências na primeira pessoa

 MIGUEL CARVALHO





## “DIZER QUE UM HOMEM NÃO É VIOLENTADO PELA MULHER, NÃO É FRACO NEM CHORA, SÃO ESTEREÓTIPOS CHOCANTES”, AFIRMA A SECRETÁRIA DE ESTADO DA IGUALDADE CATARINA MARCELINO

Se, em agosto, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tivesse lançado mais uma campanha dirigida a mulheres alvo de violência doméstica, Daniel Cotrim passaria “oito dias enfiado em estúdios de televisão, ao ponto de criar um eczema facial de tanta maquilhagem, e teria falado ao telefone dia e noite”. De qualquer modo, faria sentido: as mulheres continuam a ser mais vitimadas. Mas não foi o caso. A APAV estreou, sim, a primeira campanha destinada a “quebrar o ciclo da vergonha” dos homens violentados na intimidade. Daniel foi a um canal de TV, a agência Lusa fez notícia e uma jornalista tarimbada na temática ligou-lhe: “Mas a violência doméstica contra homens é um crime público?!”. O assessor técnico da APAV ia caindo da cadeira. “Só pode estar a brincar comigo, o artigo 152 do Código Penal é para todos!” Não estava. “É desnecessário referir sempre que as mulheres são mais agredidas, por receio de ofender ou ferir suscetibilidades. Temos de aprender a falar das vítimas masculinas de forma isolada. O problema é real, merece visibilidade e credibilidade.”

Entre 2013 e 2015, a APAV recebeu 1240 queixas de homens (uma subida de 15% nesses dois anos). No mesmo período, os relatórios de Segurança Interna registaram mais de 18 mil situações de violência íntima contra indivíduos do sexo masculino. Há mais mulheres agressoras e condenadas por homicídio conjugal, embora as penas, no caso delas, sejam inferiores. Em outubro abriu a primeira casa-abrigo, no Algarve, para dez homens, projeto-piloto da Fundação António Silva Leal e do Governo. A Santa Casa da Misericórdia do Porto prevê abrir um espaço “com dois ou três quartos”, anuncia o provedor António Tavares. “Há um aumento de vítimas masculinas,

também na comunidade LGBTI [lésbica, gay, bissexual, transgénero e intersexo]. Temos de dar resposta. Sou feminista, mas feminismo é igualdade, não é só defender as mulheres. Essa é uma visão enviesada”, afirma Catarina Marcelino, secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, ciente dos riscos. “Dizer que um homem não é violentado pela mulher, não é fraco nem chora, são estereótipos chocantes que depois se refletem em crianças e adolescentes. Nem todos os meninos têm de ser Bob, o Construtor, nem as meninas Barbies.”

Se ainda tem no rosto um sorriso desdenhoso, saiba que faz parte de um clube abrangente. “Já ouvi risinhos da parte de técnicos, polícias, magistrados e estudantes de Psicologia quando falo da vitimação masculina”, assume Celina Manita, diretora do Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. “Para alguns técnicos, nem sequer é viável a ideia de uma mulher violar um homem. Quando muito, dizem, é a concretização de uma fantasia masculina. Ora, dizer isto é terrível! A hipótese desta vítima não ser bem atendida é grande.” O Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), do Ministério da Justiça, apenas contempla homens, mas, em breve, a intervenção deverá estender-se a mulheres. O GEAV já o faz: tem seis mulheres agressoras no seu programa de acompanhamento. “Até 2015, havia zero. Por isso, há um salto estatístico importante”, assinala Celina Manita. Em maior número são os casos de mães violentas com os filhos. “A sociedade tem muita dificuldade em aceitar isto, até porque não encaixa no estereótipo da mãe cuidadora. Mas, nesse capítulo, há mulheres profundamente agressoras”, admite.

Quando Cláudia Casimiro aborda o tema dos homens violentados nas aulas de Sociologia da Família do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, “a reação é instantânea: sorriem com a mão a tapar a boca”, conta a socióloga do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, a quem já recusaram um artigo sobre o assunto numa revista científica nacional. “Quando falo nisto a profissionais desta área, ainda se riem”, confirma Daniel Cotrim. “Os homens chegam à APAV e não acreditam que estejamos preparados para escutá-los. Nas esquadras ainda ouvem gracinhas ou comentários desagradáveis.” Falta de sensibilidade? “Aqui quero profissionais especializados, até para não alimentarmos discursos perversos”, reage. “Deixo a sensibilidade para os romances da Jane Austen ou filmes tipo *Música no Coração*”.

### “TERRORISMO ÍNTIMO”, VERSÃO MASCULINA

Ela atirava e partia objetos. Conduzia o carro e forçava-o a sair em nenhures. Aos fins de semana, cortava luz e água. Dizia: “Vou massacrar-te, vais perder a cabeça e queixo-me à polícia.” Automutilava-se, simulando agressões. Descrevia-o aos filhos como “perverso” e “malvado”, ameaçava não deixar vê-los. Batia, rasgava-lhe as roupas. Trancou-o na garagem. Mostrou a faca, ameaçou apunhalá-lo. Ele foi pontapeado na cabeça e nas costelas com botas de bico afiado. Teve dores vários meses, sem conseguir dormir. Arranhou-o na cara, tentou atropelá-lo. “Queixei-me seis, sete vezes à polícia. Não consideraram violência doméstica.” Disseram: “Você é fraco. Devia empurrá-la contra uma parede, dar-lhe dois murros e resolvia o problema.” Como reagir? “Pensas muitas vezes em dar um tiro na cabeça.”

Este podia ser um caso extremo de “terrorismo íntimo”, mas, na verdade, é um de muitos. Os episódios referem-se a diversas vivências, mulheres e relações. Foram recolhidos por Andreia Machado e Marlene Matos, do Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho, em entrevistas a dez homens alvo de violência conjugal. Quatro anos a caracterizar o tema no masculino e as dinâmicas entre agressores e vítimas resultaram num estudo pioneiro, revelado agora pela VISÃO. A amostra envolveu 1556 homens heterossexuais, entre 18 e 78 anos, de classe média alta, nível de habilitações superior e sem histórico familiar de violência. A maioria admitiu agressões mútuas, atribuindo às

parceiras o início dos maus-tratos: violência psicológica. Seguiu-se a malha mais apertada: 89 vítimas masculinas responderam a um inquérito online. Dez, entre 35 e 75 anos, relataram olhos nos olhos as suas histórias. “Não há diferenças substanciais entre géneros: homens e mulheres agridem e são vítimas em partes iguais”, defendem as autoras.

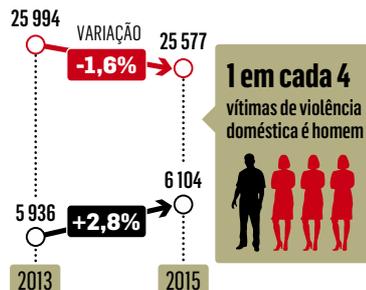
O tema é polémico no mundo inteiro. Carrega décadas de arrufos, perseguições e conflitos entre a academia e grupos sociais, sociólogos da família e defensores do primado da violência de género. Nos EUA, Murray Strauss, precursor nestes estudos, sofreu ameaças à bomba por tocar na corda sensível da “violência recíproca”. Em 2009, citou mais de 200 investigações idênticas, sem ignorar que as consequências eram bem maiores nas mulheres. A socióloga Suzanne Steinmetz recebeu chamadas anónimas e ameaças de movimentos feministas radicais contra os filhos por causa dos trabalhos sobre homens vitimados. Notara, no entanto, a ironia: os defensores da tese de que as mulheres só agridem para se defenderem eram os primeiros a ameaçar de forma violenta os autores de estudos científicos em sentido contrário.

Andreia Machado viu recusado o acesso a uma amostra representativa para o estudo e enfrentou “reações negativas” de diversas audiências. Além das escassas notícias sobre o tema, “o fenómeno é praticamente inexistente no discurso dos profissionais e entre a população em geral”, escreveu. Mesmo estribadas na experiência com mulheres vítimas, as psicólogas foram surpreendidas pelo “impacto tão negativo” da violência nos homens. “O nosso trabalho refuta por completo a ideia de que a mulher só agride para se defender.” Tal como as mulheres, os homens resistem a abandonar a relação. É raro chamarem a polícia, procurar assistência médica ou profissional: só o fazem à beira do abismo emocional. “O número oficial de vítimas masculinas não é real, são muitas mais. Temos relatos de homens que foram várias vezes às esquadras e nem assim conseguiram apresentar queixa”, asseguraram as investigadoras.

Milhares de mulheres conhecem bem este martírio: passaram pelo mesmo há duas décadas. Mas muito se andou desde que o crime é público (2000). Segundo um inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 2014, as portuguesas são, no Velho Continente, as mais conscientes e das mais esclarecidas sobre violência doméstica. Pagaram – e pa-

## Vítimas...

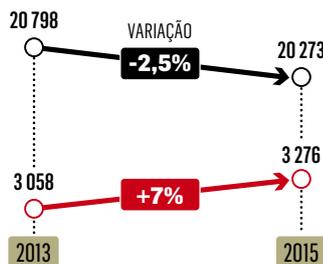
Há uma ligeira diminuição no número de mulheres alvo de violência doméstica, mas um aumento nos homens



**FONTE** Relatório de Segurança Interna (Cálculos de 2015 atualizados pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna com base nos dados disponibilizados pelas forças de segurança. Os dados referem-se aos totais anuais. O número de vítimas pode ultrapassar o número de ocorrências registadas uma vez que em cada participação pode ter estado envolvida mais do que uma vítima)

## ... E agressores

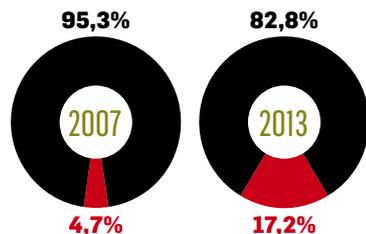
Em dois anos, registou-se uma subida de 7% no número de mulheres acusadas de agressão a companheiros



**FONTE** Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça relativas ao crime de violência doméstica cometido apenas entre cônjuges ou análogos

## Elas também matam

Em sete anos, cresceu muito a proporção de condenações de mulheres por homicídio conjugal



**FONTE** Estatísticas da Justiça, Direção-Geral da Política de Justiça. Últimos dados disponíveis.

INFOGRAFIA VISÃO

gam – um preço alto por isso, mas o caminho foi de sentido único. “A luta de muitas mulheres e organizações deu visibilidade e apoios às vítimas femininas. Mas a vitimação masculina, entre outras, sofreu um dano colateral”, explica Andreia Machado.

Ignorados, negligenciados e desacreditados, “os homens continuam a carregar estigmas e rótulos. Ainda não são vítimas socialmente aceitáveis. E a mulher agressora é um tabu”, refere Marlene Matos, destacando a vergonha e o embaraço sentidos por homens quando se dirigem a hospitais e esquadras. “É forte dizer isto, mas uma mulher ferida é mais convincente. O homem parece ter sempre de provar algo mais”, admite Gisela Carvalho, autora de um trabalho académico focado nas percepções das polícias sobre vítimas masculinas. “Apesar de algumas ambiguidades, estamos no bom caminho”, reconhece a investigadora da Universidade do Minho. “Continuamos a trabalhar para esbater distinções ou preconceitos de género ainda existentes”, garante o major Tiago Lopes, da GNR. “Se os cartazes, posters e panfletos sobre violência doméstica forem mais abrangentes, melhor”, admite. A governante socialista Catarina Marcelino dá o empurrão: “Precisamos de campanhas mais inclusivas.”

## PARA LÁ DOS NÚMEROS

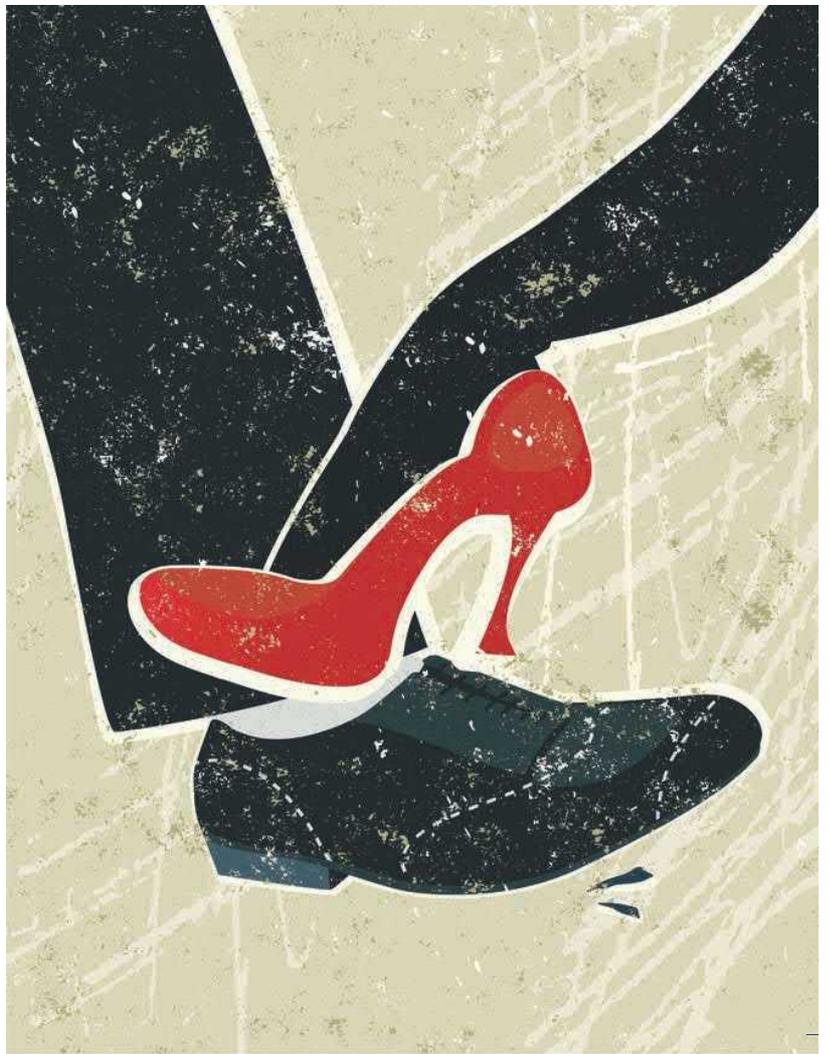
Os sinais têm quase dez anos. O primeiro estudo nacional sobre violência de género a incluir vítimas masculinas foi desenvolvido em 2007 pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a pedido da atual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). As agressões mais frequentes a homens incluíam puxões de cabelos, arremesso de objetos, empurrões, cabeçadas e apertões no pescoço, lia-se no documento. Em 2010, num trabalho do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (Lisboa), a violência física sobressaía da consulta de 41 processos da APAV. Homens relatavam ter-se trancado no quarto com medo, sofrido joelhadas nos testículos, agressões com saltos altos, tentativas de envenenamento com potassa, ameaças de morte e de retirada dos filhos. Referiam “murros e pontapés nas coisas”, telemóveis, candeeiros e bengaleiros partidos. Quem recorria ao hospital, inventava quedas. A investigadora Ana Valério perguntava: há poucos homens maltratados ou estão silenciados pela estigmatização e por um sistema preparado apenas para atender mulheres?

Em 2014, ao avaliar decisões judiciais em casos de violência doméstica, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra descobriu que a vitimação masculina, entre outras, sofria “muita ocultação” por parte dos próprios homens, da sociedade e do sistema de justiça. Num trabalho do Instituto Universitário da Maia (ISMAI), técnicos de justiça, profissionais da APAV, da CIG, da GNR e da Linha Nacional de Emergência admitiram “dificuldades na credibilização da vitimação masculina” e “ausência de serviços ou de procedimentos específicos”.

Olhemos o 5.º Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014–2017). Iniciado pelo anterior Governo, o documento contém inúmeras medidas para proteger mulheres, idosos, crianças e cidadãos LGBTI. Ações destinadas a vítimas masculinas, em sentido amplo, só com lupa: aparece um estudo e pouco mais. “Não faz sentido”, reagem Andreia Machado e Marlene Matos, desvendando outras invisibilidades: “Polícias disseram-nos que encontram domicílios onde o casal se agride mutuamente, mas no auto de notícia só podem assinalar uma vítima. Quem decide qual é? Tem de ser possível indicar os dois”, defendem. “O anterior sistema de registo nem sequer permitia a uma mulher queixar-se de outra mulher”, garante Celina Manita, do GEAV. “Ao receber a queixa, o sistema pressupunha que o agressor era sempre do sexo masculino, mas isso já foi corrigido.”

As notícias, ou a falta delas, talvez expliquem parte da opacidade da violência feminina. Bruno Castro Alves, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, analisou onze anos de artigos (de janeiro de 2003 a maio de 2014) sobre homicídios conjugais publicados no *Correio da Manhã*, o jornal de maior expansão. Resultados? “Os agressores masculinos são mais penalizados”, as mulheres ofensoras têm “pouca visibilidade” e a “premeditação, violência, agressividade e malvadez” são consideradas, por vezes, características intrínsecas aos homens. Nas raras notícias onde aparecem “culpabilizadas”, as ofensoras surgem “a transgredir as normas do género”. Imitam os homens, sugere-se. Para o autor, estará generalizada a opção editorial de “omitir alguns crimes cometidos por mulheres” e informar “de forma camuflada”.

Andará o mundo académico assim tão distante da linha editorial do *Correio da Manhã*? Há uns anos, os colegas de Cláudia Casimiro diziam-lhe que já incluíam a



## “Cheguei a fechar-me a cadeado, com medo”

M. OLIVEIRA, 53 anos, produtor de conteúdos, Setúbal

Tive uma relação tóxica, de largos anos, apaixonada e dolorosa.

Por vezes, a minha companheira ficava “ausente”. Do nada, alheava-se de tudo. Durante dias ou semanas. Ela fez psicanálise. Pensei: “Ela está mal, mas vou curá-la.” Ao fim de alguns anos, começaram as agressões, sem um motivo “lógico”. Eram atos aleatórios, primeiro verbais, depois físicos. Quis compreendê-la, esperando que não se repetisse. Havia cumplicidade e felicidade, mas depois voltavam os murros, pontapés e bofetadas. Uma das agressões foi com um objeto cortante: fez-me um lanho na cara. Um dia, ela veio para mim, de braço no ar, com um objeto na mão. Por fim reagi, bati-lhe. Tinham passado nove anos. Caiu-me tudo. Para mim, a violência contra uma mulher é inadmissível, um valor moral inviolável. Senti uma grande culpa, um falhanço. Fizemos terapia conjugal. Mas as agressões dela continuaram. Depois ela engravidou. Eu era um pai muito presente. Mas a minha mulher começou a cortar-me o acesso à criança dentro de casa. Cheguei a lutar para entrar no quarto do bebé e a fechar-me a cadeado noutra divisão da casa, à noite, com medo. Senti-me em perigo. Muito mais tarde, ela disse: “Só não te matei porque não consegui.” Eu estava sempre a tentar analisar, explicar, desculpar, mas foi a maior mentira que contei a mim próprio. Numa situação de violência continuada, ninguém cura ninguém.

Na sequência de mais uma agressão, saí de casa. Cansei-me de ser o *punching bag*. Estive à porta da esquadra, mas não venci a vergonha e não queria que ela tivesse problemas com a polícia. Desisti. Telefonei para uma organização de apoio a vítimas a perguntar se havia algum sítio onde pudesse ficar, mas não tinham respostas para mim.

Saí de casa, fugi. Estive três meses sem ver a criança. Depois voltei. Separámo-nos. Eu estava debilitado e fragilizado, não conseguia fazer mais nada. Depois, fiz terapia mais de dois anos. O luto demorou, mas fi-lo de forma completa. Hoje já compreendo o que vivi.

## **“O NÚMERO OFICIAL DE VÍTIMAS MASCULINAS NÃO É REAL, SÃO MUITAS MAIS”, DIZEM DUAS INVESTIGADORAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

perspetiva dos homens nos trabalhos sobre violência doméstica. “Na verdade, os guiões das entrevistas eram diferentes: à mulher perguntava-se como era violentada e ao homem como agredia. Está a ver, não é?”, interpela, irónica. “Quando se investiga a partir do pressuposto de que a vítima e o agressor são sempre os mesmos, dificilmente se descobre alguma coisa”, explica a especialista em estudos de género. No geral, os trabalhos sobre mulheres vítimas baseiam-se em dados de casas-abrigo, tribunais, relatórios policiais, fontes hospitalares, entre outros. A partir daí “é fácil concluir que a agressão ao cônjuge é uma atitude quase exclusiva dos homens. É raro inquirir mulheres sobre a violência que exercem. O assunto não é preocupação pública.”

Num congresso na Polónia, um grupo de mulheres levantou-se, indignado e de dedo em riste, quando a socióloga abordou os resultados da sua tese de doutoramento. Ela fizera 50 entrevistas a pessoas de ambos os sexos para perceber a violência na conjugalidade e a simetria de género. “Homens relataram ter sido mordidos e afastados dos

amigos e da família. Outros beberam chá com laxante, tiveram a fechadura de casa trocada e foram humilhados em público.” No geral, descreveram as agressoras como “sub-reptícias, subtis, estratégicas, calculistas e dissimuladas”, mas “eles nem sequer se concebiam como vítimas”. A tendência, admite Cláudia Casimiro, levará as mulheres a serem mais igualitárias nas relações íntimas e na violência exercida. “Há correntes radicais do feminismo que se zangam quando falo sobre mulheres violentas”, reconhece. “Sou feminista, mas essa postura não ajuda as vítimas reais dos problemas.

Assumir, à partida, que o sexo feminino é mais frágil e vulnerável é o pior serviço que se pode prestar às mulheres.”

Se Henrique Barros mandasse, “a porcaria do sexo já estava fora deste debate e do cartão do cidadão”. Parafraçando Bob Dylan, os tempos mudaram. Relações sociais idem. As mulheres já não são apenas donas de casa e operárias, “surgiu uma classe média de poder feminino e temos as Thatcher deste mundo nos mais variados lugares”, resume o presidente do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. “O combate à vitimação feminina não pode abrandar, mas é inaceitável ocultar outras realidades. A violência”, argumenta, “não é de género, é de direitos humanos”. E a ideologia atrapalha: “Fecha-nos os olhos”, precisa Henrique Barros. “Em vez de encontrarmos caixas para meter as coisas, procurámos coisas para meter nas caixas.”

Nos últimos anos, o professor catedrático de Epidemiologia vem coordenando um estudo internacional sobre atos de abuso, vítimas e agressores, analisando os efeitos da violência conjugal na saúde física e mental dos lesados (projeto DOVE). Foram

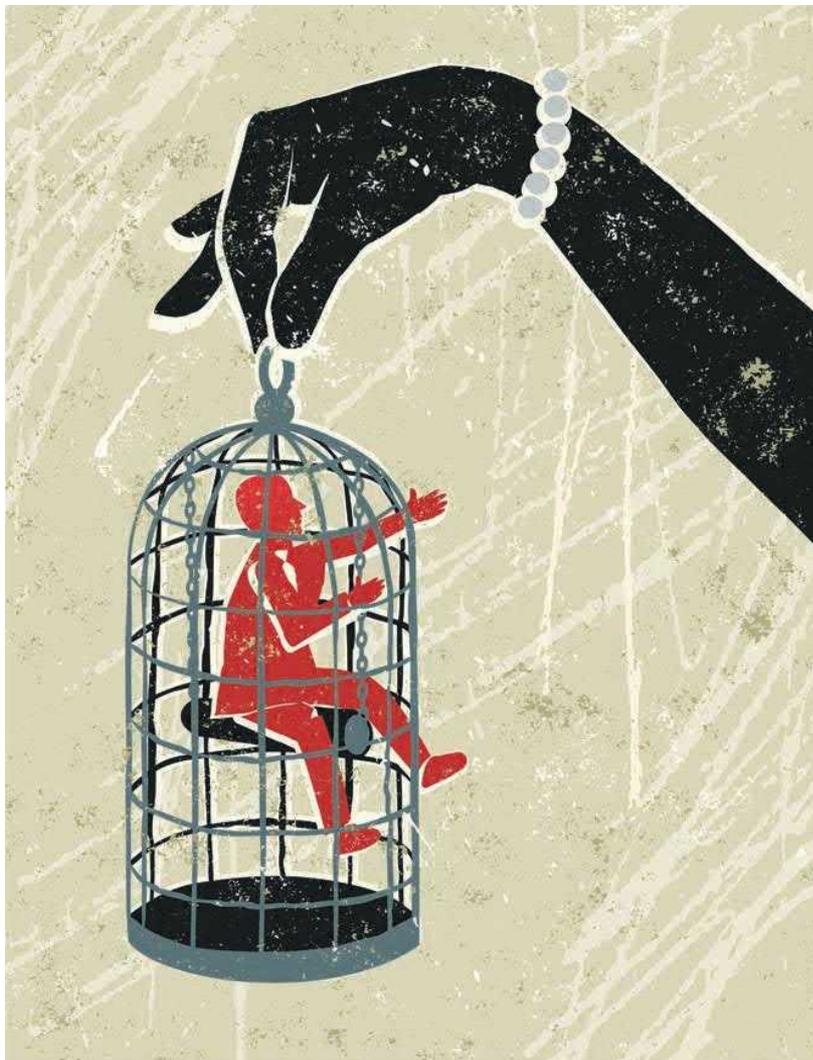
entrevistados e inquiridos 3 496 adultos (dos quais 2 026 mulheres), entre 18 e 64 anos, de seis cidades representativas da diversidade cultural e geográfica europeia: Porto, Estugarda (Alemanha), Atenas (Grécia), Budapeste (Hungria), Ostersund (Suécia) e Londres (Reino Unido). Excetuando a coação sexual, onde a violência masculina é superior, os resultados sacodem convenções: na maioria das cidades, as mulheres agredem mais – e com mais frequência – enquanto os homens provocam mais ferimentos. “São ambos vítimas e agressores, com pequenas diferenças. Quando colocados nas mesmas circunstâncias, reagem igual. O problema da violência não é saber se é cometida pelo António ou pela Maria”, refere Henrique Barros.

#### DA INTIMIDADE AO TRIBUNAL

Ao consultório portuense da psicóloga clínica Mónica Botelho chegam mais homens violentados. “Muitos mais”, reforça. De todas as classes. Trazem “divórcios complicados, uma carga de vergonha incrível e a cabeça baralhada. Sentem rejeição por parte dos filhos e temem ser ridicularizados pelos amigos”, explica a especialista na área da Violência e Justiça. Mónica já ouviu relatos “cruéis, com requintes de malvadez”. Ela própria tem histórias para contar: “Uma senhora queria, a toda a força, que eu emitisse um relatório a comprovar que a filha tinha sido abusada pelo pai. Não era verdade e disse-o em tribunal. A mãe ficou chateada e, coincidência ou não, quando cheguei ao carro tinha a porta amolgada”, recorda a perita forense.

Durante o processo “Casa Pia”, envolvendo abusos sexuais de menores, aumentaram as queixas. Gerou-se, segundo Celina Manita, do GEAV, “um pânico moral” nas famílias, mas depois o fenómeno esmoreceu. Ficaram os casos reais e “as falsas alegações para afastar filhos de pais. Essas continuam a ser uma estratégia”, assume. À porta de Mónica Botelho bate a “denúncia clássica”, ou seja, “o pai abusador da filha ou do filho”. Às vezes, “junta-se o avô à história”. A psicóloga já teve “queixas exatamente iguais” e “a maioria não corresponde à verdade. São tentativas de destruir relações e a rede familiar do lado do pai. O homem, que procura ajuda num sistema que não foi pensado para o acudir, está tramado.”

Quando publicou *Amor de Pai* (Livros d’ Hoje), em 2007, a terapeuta familiar Maria Saldanha Ribeiro somava décadas de experiência nos tribunais de Família. Conhecia, e bem, as estratégias maternas para



## “Com o meu filho no colo e uma faca na mão”

C. SILVA, 36 anos, elemento das forças de segurança, Santarém

Percebi no que estava metido quando a minha mulher atirou o bebé de forma bruta, para o sofá, após uma discussão. O meu erro foi não ter agido logo aí. Noutra altura, deu-me uma pancada forte no joelho com um ferro de um eletrodoméstico. Fiquei surpreendido, não fui criado assim. Como é que eu ia falar disto à família e aos amigos, tendo o emprego que tenho? Ensino as pessoas a queixarem-se, mas não fui capaz de o fazer. Nas filas do supermercado, quando recusava comprar e pagar as coisas de marca e caras que ela queria, chamava-me porco e outros nomes. Já tinha sido agressiva noutras ocasiões, mas um dia fui dar com ela na cozinha, com o meu filho no colo e a faca na mão. “Mato-o a ele e a mim”, ameaçou. Não me apetecia, mas abracei-a e dei-lhe mimos. Um dia, ela e a minha sogra dormiram lá em casa. Fiz o jantar e dormi no sofá para elas ficarem juntas. Quando acordei, a casa estava vazia, mas havia um bilhete: “Fui viver com os meus pais.” Foi metódica e premeditada. Um mês antes, já tinha pedido no emprego transferência para o Algarve. Uma semana antes, também inscrevera o miúdo num infantário por lá. No dia seguinte à saída de casa, entrou no tribunal um pedido de guarda do menor. Dizia que era vítima de violência doméstica, mas o processo foi arquivado. Estive meses sem ver o miúdo e fiz um pedido de localização do menor na polícia. No Algarve, esperei três dias para ver o meu filho durante 18 minutos. Numa dessas visitas, a minha mãe e a minha namorada foram comigo, mas a minha ex-mulher arrancou-me à força o miúdo do colo e deu-me um soco numa vista. De imediato foi a correr para uma amiga e disse “ele bateu-me!”. Fui tratado nos bombeiros, fiquei com o olho bastante inflamado. Só passado um mês me foi atribuído o estatuto de vítima. Ela também se queixou. O tribunal puniu-nos de forma igual: a mim, por um murro que não dei, a ela por um murro que deu. Deve ser isto a igualdade de género. Hoje, ela mantém a guarda, mas felizmente sempre cultivei o amor entre pai e filho e ele tem resistido.

# ESTUDO EM 6 CIDADES EUROPEIAS, LIDERADO PELO INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DO PORTO, CONCLUI: GÊNEROS AGRIDEM E SÃO VÍTIMAS EM PARTES IGUAIS

afastar filhos dos progenitores e ganhar a guarda das crianças. A denúncia mais frequente era o abuso sexual. “A esmagadora maioria dessas acusações em contexto de divórcio são falsas. Já era assim e continua a ser”, garante a fundadora do Instituto de Mediação Familiar, desafiando consciências: “Alguém imagina uma mãe abusadora? Se um pai acusar a mãe por abuso sexual cai no ridículo. Mas o contrário é credível.” Para ela só há um termo para definir isto: “Violência doméstica. A dada altura, as crianças já interiorizaram tantas falsas memórias e manipulações que rejeitam o pai. Fazer isso a um filho é tão grave como dar uma sova numa mulher.” A terapeuta também seguiu casos de mulheres que “levaram ao extremo a encenação de violência para acusar o companheiro”. Num processo, “a senhora engessou uma perna para simular agressões”, mas um vídeo captou-a a subir as escadas, de saltos altos, sem problema. “Foi a sorte do pai”. Sorte, vírgula. “Só foi ilibado ao fim de dois anos.”

Escudada na prática clínica e forense, a psicóloga Mónica Botelho considera a queixa de violência doméstica “a nova moda”. A afirmação choca, ela sabe. “As mulheres continuam a ser as mais massacradas, sem dúvida, mas as denúncias de maus-tratos estão a ser usadas de forma perversa.” Não havendo indícios de que a denúncia é infundada, quem se queixa tem direito à atribuição do Estatuto de Vítima pelas autoridades judiciais, de polícia criminal e pela própria CIG, além do adiantamento da indemnização. Entre 2013 e 2015, a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes gastou mais de 647 mil euros para acudir a casos “fim de linha”, de “grave carência económica”. Contudo, nem a comissão nem a Procuradoria-Geral da República ou a Segurança Social conseguiram fornecer à VISÃO dados sobre o número de estatutos de vítima atribuídos, por sexo.

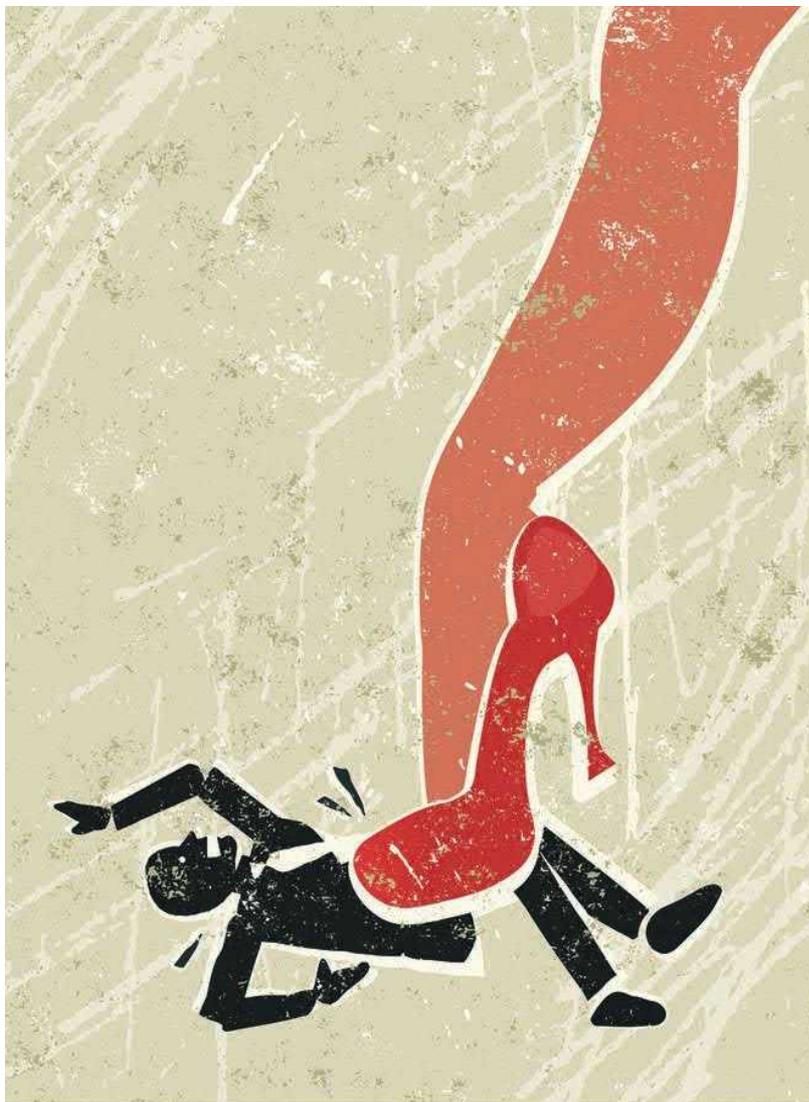
## “AFIRMAR QUE UMA MULHER SÓ AGRIDE EM AUTODEFESA É UMA BARBARIDADE!”, GARANTE EDUARDA PROENÇA DE CARVALHO, ADVOGADA EM CASOS DE HOMENS VIOLENTADOS

A proteção legal vem dando lugar a abusos? No GEAV, Celina Manita já ouviu testemunhos “pouco sólidos”, pedidos apresados de relatórios para manter o subsídio, “casais a combinarem a queixa em conjunto”. Resumindo, “mais pessoas a tentar obter esse estatuto sem serem vítimas” e a desaparecer num piscar de olhos: “Alegam não ter contas bancárias ou apoios económicos e o dinheiro que pagaria um ano de programa de acompanhamento é-lhes entregue em mão numa única *tranche*. Logo a seguir, já não as vemos”, relata Celina Manita, sem pretender julgar. “A crise económica explica, em parte, o recurso a esses esquemas: há falta de dinheiro para vir à consulta e filhos em casa com fome”.

Em 2015, segundo dados atualizados da Secretaria-Geral do MAI fornecidos à VISÃO, houve 31 681 vítimas de violência doméstica (6 104 homens). Houve mais de 26 mil inquéritos concluídos: 17% resultaram em acusação e mais de 68% foram arquivados. Os restantes não avançaram por “suspensão provisória” do processo ou “outros motivos”. Os números revelam “falhas na investigação, demasiada proteção aos arguidos e dificuldade das vítimas em levar as coisas até ao fim. Uma coisa é tentar pôr fim à violência, outra é querer que o marido vá preso”, assinala Celina Manita. O reverso da moeda é “um aumento de falsas acusações de abuso sexual e de violência doméstica. A forma como as crianças têm sido usadas e manipuladas em tribunal atingiu níveis de insanidade absoluta”, admite a coordenadora do GEAV.

### AS GUERRAS. E OS FILHOS DELAS

Numa das mais caras artérias da Baixa lisboeta fica o escritório de advogados Uriá Menéndez-Proença de Carvalho. Ali chegam “casos surreais”, daqueles “que nunca



## “É como se não tivesse uma perna”

ALEXANDRE S. 41 anos, professor de música, Gondomar

**Não vejo a minha filha há mais de 6 anos. A gravidez apareceu numa altura em que a relação já tinha problemas. A família da mãe era muito conflituosa e isso assustava-me. Tive de consciencializar-me de que ia ser pai, mas foi o dia mais feliz da minha vida. A mãe e a minha filha ficaram em casa dos pais. Visitava-as todos os dias e dormia lá muitas vezes. Mas cheguei a estar 15 dias sem ver a miúda. Não havia condições para vivermos juntos e aquilo não funcionava. Acabámos.**

Uma das cenas de violência foi à porta de casa dos meus sogros, numa das visitas. Estava com a minha filha ao colo. O avô tentou agredir-me, fiquei todo rasgado e arranhado.

Afastaram a miúda de mim algum tempo. O tribunal estipulou um regime de visitas, mas ninguém atendia o telefone, não sabia onde estavam. Um dia fui ao colégio buscar a minha filha, mas a mãe e a avó não deixaram que a levasse. Puxaram-na pelas pernas com tanta força que tive de a largar. Fizeram uma queixa acusando-me de ser violento e de bater na minha filha. Foi arquivada. Nunca lhe bati.

Recorri à polícia, aos tribunais, por causa dos incumprimentos, durante dez anos. A mãe não me avisava das várias mudanças de escola ou de casa. Eu só servia para pagar as dívidas dos colégios. A minha filha sempre teve boa relação com a minha família. Incuti-lhe o gosto pela leitura, convivia com os meus amigos, gente das artes. Iamos a Serralves, concertos de jazz, fazíamos viagens. Um dia, antes de umas férias, a mãe disse-me: “Ela não quer ir contigo.” Em tribunal, mostraram uma carta com a letra dela: dizia que não me queria ver, que eu era violento e que ficava traumatizada quando estava comigo. Fiquei arrasado. A letra é dela, mas não é o discurso de uma criança de 13 anos. As visitas foram suspensas: só podia vê-la se ela quisesse. Nunca mais aconteceu. Ela já fez 18 anos. Se a encontrasse, não sei o que diríamos um ao outro. Tenho imensas saudades. Todas as manhãs, quando acordo, é como se não tivesse uma perna.

# DENÚNCIAS FALSAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE ABUSO SEXUAL SÃO A ARMA MAIS UTILIZADA NA GUERRA PELOS FILHOS, APONTAM PROFISSIONAIS DE SAÚDE, TÉCNICOS E INVESTIGADORES

vemos, à vista desarmada, nos restaurantes, ou nas páginas da *Caras* e da *Lux*". Eduarda Proença de Carvalho tem no gabinete 18 processos de homens a braços com violência doméstica, sete dos quais acionaram queixas. "Coisas graves e continuadas": estalos, insultos, chantagens, pontapés, ameaças, espionagens, humilhações e perseguições. "É preciso estar fora do mundo para afirmar que uma mulher só agride em autodefesa. Dizer isso é uma barbaridade!", assegura Eduarda. A antiga voluntária da APAV traz à conversa um episódio ilustrativo da realidade que conhece há vinte anos: "Vi uma atriz famosa, das melhores, à chapada e aos pontapés ao marido num elevador. Não apanhei por pouco. Toda a gente do meio sabia", descreve. Do outro lado da contenda, também já teve idêntica dose: "Quando eles batem à séria, cuidado! Uma cliente não morreu por pouco."

No princípio, é a violência. Mas as guerras conjugais arrastam os filhos. "As queixas de maus-tratos sempre foram o principal recurso de muitas mulheres na luta pela custódia das crianças. Na maioria são falsas, mas em certos estratos sociais é um modo de vida. É triste dizê-lo, mas é verdade", assume a advogada. No passado, "os homens evitavam pagar a pensão de alimentos. Hoje é diferente: querem mesmo os filhos. Da geração dos 40 para baixo, e já lidei com centenas de casos, raramente aparece um que não queira. Na maioria dos casos vamos a tribunal porque as mães rejeitam esse papel", explica Eduarda.

A psicóloga Mónica Botelho costuma usar um pleonismo quando lhe chegam histórias *hardcore*: "Às vezes, os tribunais só tiram a criança à mãe depois de ela a matar." A advogada lisboeta, no entanto, não teme as decisões judiciais. "Os homens têm uma batalha mais dura pela frente quando precisam de provar que são vítimas de violência doméstica ou lutam pelos filhos, mas os juízes estão cada vez mais preparados para decidir com equilíbrio e sem preconceitos. Sinto isso na Grande Lisboa e já ganhei um caso no Porto."

Em 2010, o GEAV iniciou estudos sobre os discursos e decisões judiciais na regulação das responsabilidades parentais. Magistrados revelaram posições tradicionais, estereotipadas e discriminatórias a favor das mães e suas "aptidões inatas", passíveis de "comprometer o verdadeiro interesse dos menores e o princípio da igualdade de género". Seis anos depois, e com perto de 500 sentenças analisadas, "estamos ainda longe da igualdade, mas a evoluir. Há

juízes mais resistentes à mudança no Interior Norte, mas os homens já começam a ser vistos como opção de igual valor em relação aos filhos", refere Celina Manita.

No Tribunal de Família e Menores de Sintra mora um juiz tido como modelo nestas matérias. Ou será que se limitou a ler os sinais do tempo? Detentor de elevadas taxas de acordos entre casais desavindos, Joaquim Manuel Silva é uma espécie de secretário-geral da ONU em versão de trazer por casa, sempre a tentar acender uma luz para os filhos. "Já se deram alguns passos, mas as crianças ainda não têm o mesmo direito a ter pai e mãe", sustenta. A mulher, admite, ainda tem a primazia da guarda na maioria das decisões, mas este juiz coloca os progenitores em igualdade: "A ausência do pai tem reflexos preocupantes no crescimento das crianças. Os filhos que têm um pai em permanência na sua vida revelam níveis superiores de desenvolvimento mental e de linguagem", explica. Por outro lado, "não se pode culpabilizar as mulheres. São escravizadas pela realidade cultural e os estereótipos. Quanto mais os homens dividem tarefas e possam ir levar ou buscar os filhos à escola, mais a mulher estará liberta para assumir outro papel na sociedade", crê.

## ALGO MUDOU NAS RELAÇÕES CONJUGAIS?

Num inquérito de 2014 do Observatório das Famílias e das Políticas de Família, 82,1% dos portugueses destacaram os "efeitos positivos" do uso das licenças parentais por parte dos homens na vida do casal. Em oito anos, segundo a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, o pedido de licença exclusiva por parte dos pais aumentou cerca de 20 por cento. O tema é caro para a Associação Para a Igualdade Parental (APIP), nascida para dar voz "a pais, mães e avós". Com mais de 200 sócios, a instituição "ajuda quem não sabe gerir conflitos", mas foi-lhe negado assento no conselho consultivo da CIG e o estatuto de utilidade pública. "Não formatamos objetivos em função das questões de género, pois o problema é de saúde pública e de direitos humanos. Por isso recebemos zero, enquanto outras organizações vão buscar milhões ao Estado e aos programas europeus." O presidente Ricardo Simões assume haver, nas ações da APIP, uma atenção especial: "O sistema não considera os homens alvos vulneráveis. Todo o discurso social e os financiamentos estão centrados no género e não nas vítimas", acusa. A associação mobiliza grupos de ajuda mútua em Lisboa, Santarém, Almada, Porto, Leiria, Évora e Santa Maria

da Feira. As denúncias de abuso sexual e de violência doméstica ocupam parte das preocupações, "sobretudo quando servem para afastar os filhos do convívio com um dos progenitores a partir de alegações falsas. Agora até aparecem queixas cruzadas", assegura Ricardo Simões.

Em setembro, no congresso da Ordem dos Psicólogos, no Porto, José Manuel Brites saudou a abertura de uma casa-abrigo para homens maltratados. O psicólogo comentava resultados preliminares de um estudo sobre violência psicológica do Instituto Manuel Teixeira Gomes (Lusófona) num estilo humorado e provocador quando lhe saiu esta frase: "Quanto ao mito de que a mulher não é agressora, pá, esqueçam isso!" Mantendo o tom, gracejou com a violência exercida pelas mulheres "quando um homem não faz a cama". O comentário, entre outros, valeu-lhe um sururu na sala por causa de "sexismo". Mais a sério, reconheceu à VISÃO não estarmos ainda preparados para aceitar a violência no feminino. "O ruído social seria grande." Contudo, crê, "nem de perto nem de longe teremos igualdade de género nestas questões. O homem, até pelas suas características, será sempre mais agressor. É tontice pensar que as estatísticas dirão o contrário."

No mesmo congresso, Andreia Machado e Marlene Matos também apresentaram os resultados do seu estudo sobre homens violentados – sem polémicas nem indignações na audiência. Numa das páginas, porém, a epígrafe de Mark Twain parecia, naquele momento, mais provocadora do que nunca: "O que nos causa problemas não é o que nos sabemos. É o que temos certeza que sabemos e que, no final, não é verdade." ■■ [mbarvalho@visao.imprensa.pt](mailto:mbarvalho@visao.imprensa.pt)